

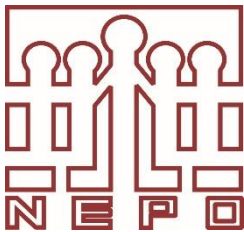
ISSN 1413-9243



TEXTOS
NEPO

70

CAMPINAS, MAIO DE 2015



**A ESCRAVIDÃO EM NÚMEROS:
DEMOGRAFIA ESCRAVA EM FRANCA-SP,
1811-1888**

MAÍSA FALEIROS DA CUNHA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitoria

Prof. Dr. José Tadeu Jorge – Reitor



Pró-Reitorias

Prof. Dr. Luis Alberto Magna - Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Rachel Meneguello - Pró-Reitor de Pós-Graduação

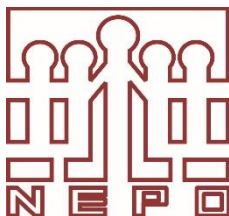
Profa. Dra. Gláucia Maria Pastore - Pró-Reitor de Pesquisa

Profa. Dra. Teresa Dib Zambon Atvars- Pró-Reitor de Desenvolvimento
Universitário

Prof. Dr. João Frederico da Costa Azevedo Meyer - Pró-Reitor de
Extensão e Assuntos Comunitários

Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Dr. Jurandir Zullo Junior



Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”

Drª Estela Maria Garcia Pinto da Cunha- Coordenadora

Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob- Coordenador Associado

Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES

Editora dos Textos NEPO

Drª Glaucia dos Santos Marcondes

Drª Roberta Guimarães Peres

Drª Margareth Arilha

Edição de Texto: Preparação/Diagramação

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

Revisão Bibliográfica

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Fernandes

Cunha, Maísa Faleiros.

A escravidão em números: demografia escrava em Franca-SP, 1811-1888 / Maísa Faleiros Cunha. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2015.

43p.

(A escravidão em números: demografia escrava em Franca-SP, 1811-1888, TEXTOS NEPO 70).

1. Demografia escrava. 2. Inventários *post-mortem*. 3. Censos de população. 4. Século XIX. 5. Título. 6. Série.

As afirmações e conclusões expressas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es) e não refletem necessariamente a visão da instituição.

T

EXTOS NEPO - publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP - foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados **setenta números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

A Coleção **Textos NEPO** também está acessível na homepage do NEPO, em publicações, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico: <http://www.nepo.unicamp.br>.

Dr^a Estela Maria Garcia Pinto da Cunha
Coordenadora

Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob
Coordenador Associado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. FRANCA: ECONOMIA E LOCALIZAÇÃO	10
2. A ESCRAVIDÃO EM NÚMEROS: A DEMOGRAFIA ESCRAVA A PARTIR DAS FONTES QUANTITATIVAS, 1811-1888	13
2.1. Primeira metade do século XIX: 1811-1850	16
2.2. Segunda metade do século XIX: 1851-1871 e 1872-1888	27
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	41

RESUMO

Neste trabalho caracterizamos a demografia escrava na localidade paulista de Franca, entre 1811 e 1888, destacando a composição etária e por sexo, origem (africana ou crioula) e estado conjugal dos cativos. A fim de realizarmos um exercício, de caráter metodológico, comparamos os dados censitários referidos a um momento específico (1836, 1872 e 1887) com as informações coletadas em inventários *post mortem* para três períodos: 1811-1850, 1851-1871 e 1872-1888. Nosso objetivo é apontar as semelhanças e diferenças encontradas na demografia escrava a partir de fontes variadas e distintas. A confrontação entre fontes de caráter transversal - para pontos específicos no tempo - com os inventários *post mortem* - que permitem extrair informações longitudinais - demonstra que os dados provenientes das fontes citadas, ainda que com recortes temporais distintos, apresentam tendências e perfis semelhantes no tocante à demografia escrava.

Palavras-chave: Demografia escrava. Inventários *post-mortem*. Censos de população. Século XIX.

ABSTRACT

In this working paper, I shall analyse the slave demography in Franca (Province of São Paulo), throughout the Nineteenth Century, focusing the age, sex, origin (African / Creole) and marital status composition of the bondmen and bondwomen. In order to accomplish an exercise of methodological character, we compare the census data as at a specific time (1836, 1872 and 1887) with the information collected in *post mortem* inventories for three periods: 1811-1850, 1851-1871 and 1872-1888. My objective is also to point out the similarities and differences found in slave demography from varied and different sources. The confrontation between transversal sources - for specific points in time - with the *post mortem* inventories - which allow extracting longitudinal information - shows that the data from the cited sources, although with different time cuttings, show similar trends and profiles with respect to slave demography.

Keywords: Slave demographics. Inventories post-mortem. Population censuses. XIX century.

APRESENTAÇÃO

A sugestiva proposta de escrever esta apresentação foi feita por uma das integrantes do Comitê Editorial dos Textos Nepo, a pesquisadora Glaucia dos Santos Marcondes, permitindo-me aclarar as etapas de elaboração do trabalho que ora se apresenta.

O Texto Nepo 70 intitulado *A escravidão em números: demografia escrava em Franca-SP, 1811-1888* é resultado de desdobramentos da pesquisa desenvolvida para a elaboração da tese de doutorado *Demografia e família escrava. Franca-SP, século XIX* defendida junto ao Departamento de Demografia/ IFCH/ Unicamp, em fevereiro de 2009 (CUNHA, 2009 b).

O banco de dados resultante das informações coletadas a partir dos inventários *post mortem* (1811-1888) permitiu a elaboração de trabalhos adicionais à tese de doutorado. Dois desses trabalhos, em particular, são reunidos e rediscutidos nessa publicação por apresentarem informações importantes para a discussão da demografia escrava.

O primeiro trabalho, *Domicílios e moradores de uma vila paulista. Franca - SP, século XIX* (CUNHA, 2009 a), apresentado no VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9a. Conferência Internacional de História de Empresas, organizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), constitui uma parte concisa de subseções dos capítulos 1 e 2 da tese de doutorado. Apresenta uma análise dos domicílios francanos em 1836 e a caracterização da população escrava segundo sexo, idade, origem africana ou crioula no decorrer da primeira metade do século XIX, comparando as informações coletadas em inventários *post mortem* no período 1811-1850 e os dados censitários referidos a um momento específico (1836).

Originalmente, na tese de doutorado, não dividi as informações referentes ao período de 1851-1888, mas ciente da importância da Lei do Ventre Livre (LVL) promulgada em 1871 e que passou a considerar livre o filho de ventre escravo, voltei ao banco de dados e refiz a análise da demografia escrava levando em conta os impactos dessa lei. Além de alterar o perfil da população escrava, a lei de 1871 selou o iminente fim do sistema escravista no Brasil. Dessa forma, separei o período pós 1850 em dois momentos: antes da LVL (1851-1871) e pós a LVL (1872-1888), cujos resultados deram forma ao segundo trabalho reunido nessa publicação intitulado *Demografia escrava em*

Franca - SP, 1850-1888 (CUNHA, 2013), apresentado no X Encontro organizado pela ABPHE, em Juiz de Fora – MG, no ano de 2013. Nesse trabalho, caracterizo a demografia escrava destacando a estrutura etária e por sexo, origem (africana ou crioula), estado conjugal e cor dos cativos presentes em Franca - SP no período 1851-1888. Comparo os dados censitários referidos a um momento específico (1872) com as informações coletadas em inventários *post mortem* para o período 1851-1871. Em seguida, confronto as informações extraídas do *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística (1888)* com aquelas encontradas nos inventários *post mortem* entre 1872 e 1888.

Datado de 1872, o primeiro censo nacional e o único a recensear a população escrava no Brasil, contabilizou pouco menos de 10 milhões de habitantes, dos quais 84,7% eram livres e 15,3% escravos. Neste momento, a população parda e negra era bastante expressiva, representando 62% do total de habitantes, com destaque para os pardos (42,2% da população total)¹. Como já salientado por Herbert Klein, “dezesseis anos antes da Abolição, havia 4,2 milhões negros e mestiços livres e apenas 1,5 milhões de escravos. [...] Em nenhuma outra importante sociedade escravista foram eles [população de cor livre] tão numerosos e tão importantes quanto no Brasil” (KLEIN, 2012, p. 107). Os dados referidos colocam em evidência características da constituição de uma sociedade escravista cuja população se multiplicou através da miscigenação.

É importante destacar que a indicação da “cor” está presente nas fontes analisadas, no entanto, aqui não me atenho à sua análise. As designações de cor variaram, ora se referindo aparentemente à cor (preta, parda) ora qualificando (ou desqualificando?) possíveis miscigenações (*caboclo, mulato, cabra, fula*). A ausência de uniformidade dificulta uma análise comparativa, além disso, é matéria que merece uma discussão à parte².

Gostaria de ressaltar que a rediscussão desses trabalhos nesse Texto Nepo, inclui informações adicionais, assim como salientar que o exercício metodológico de comparar

¹ Fonte: IBGE. Brasil 500 anos. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-ovoamento/negros/populacao-negra-no-brasil>>. Acesso em: 27/01/2014.

² Destaco alguns trabalhos que versam sobre a classificação de cor no Brasil (RAMINELLI, 2012; GOMES; FERREIRA, 2008; GUEDES, 2007; OSÓRIO, 2003; WOOD; CARVALHO, 1994).

informações provenientes de fontes diversas como os censos e os inventários *post mortem* ainda não foi realizado por outros pesquisadores³.

O presente trabalho é apresentado em três seções⁴. A primeira traz a contextualização do cenário socioeconômico que marcou a formação e o povoamento do município de Franca, além de sua localização em São Paulo. A ocupação do território evoluiu de forma interligada com a dinâmica econômica, no mútuo condicionamento entre esse dinamismo e a demografia escrava *vis-à-vis* as conjunturas social, política, econômica e demográfica da província e região estudadas.

A segunda seção tece considerações a respeito das fontes utilizadas, apresentando-as e mencionando suas características. Em seguida, destaco as principais mudanças vivenciadas pelo sistema escravista (especialmente a partir da segunda metade do século XIX) e seus impactos sobre a demografia escrava. A partir do item 2.1 é apresentado o exercício, de caráter metodológico, em que comparo os dados censitários referidos a 1836 com as informações coletadas em inventários *post mortem* para o período 1811-1850. Nesta seção e na seguinte, busco cotejar as informações encontradas para a população escrava de Franca com outras áreas escravistas do Brasil.

A seção 2.3 dá continuidade ao exercício de comparação de dados demográficos do Recenseamento Geral do Império de 1872 com informações provenientes dos inventários *post mortem* referentes a 1851 e 1871. A seguir, contrasto os dados publicados pelo *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística (1888)* com as informações de inventários coletados para os anos 1872-1888.

As considerações finais sintetizam os principais resultados encontrados no tocante ao sexo, idade, naturalidade (africana ou crioula) e estado conjugal da população escrava de Franca, destacando suas principais características, permanências e alterações a partir de quase oitenta anos de informações. Busco apontar, ademais, as potencialidades e limitações das fontes utilizadas.

³ O Recenseamento Geral do Império de 1872, por sua abrangência nacional, é utilizado por vários autores para confrontar ou complementar informações oriundas de outras fontes.

⁴ Gostaria de agradecer Daniel de Souza Barroso pela leitura do trabalho e pelos comentários.

1. FRANCA: ECONOMIA E LOCALIZAÇÃO

Na passagem do século XVIII ao XIX, o florescimento da lavoura canavieira e, posteriormente, cafeeira de exportação em território paulista, foi acompanhado do crescimento da mão de obra escrava africana, crucial para a expansão dessas lavouras. Ao mesmo tempo, a produção de gêneros para o mercado interno progredia, para atender ou complementar o abastecimento daquelas áreas exportadoras e a Corte estabelecida no Rio de Janeiro em 1808. A abertura dos portos às nações amigas nesse mesmo ano somou para dinamizar as trocas comerciais no Brasil. Nesse contexto de ampliação dos mercados de abastecimento e das áreas agroexportadoras é que se deu o povoamento efetivo do *Sertão do Rio Pardo*, região na qual se encontra Franca.

Num primeiro momento, de sesmarias e pousos (século XVIII) o *sertão do rio Pardo* foi povoado por paulistas e sua evolução demográfica foi pouco expressiva. A economia da região estava voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade para o próprio consumo e o abastecimento dos viajantes que percorriam o Caminho dos *Goiazes*.

Esta configuração começou a se modificar, a partir da década de 1790, acentuando-se sobretudo nas primeiras décadas do século XIX, com a presença mineira no efetivo povoamento da região norte paulista (CHIACHIRI FILHO, 1986). Este movimento de mineiros em direção ao *sertão do rio Pardo* situa-se no contexto de ampliação da fronteira da pecuária e agricultura de subsistência de Minas Gerais em direção a São Paulo.

Algumas condições teriam contribuído para a escolha da região de Franca como destino dos migrantes de Minas Gerais. Além de condições naturais favoráveis como pastos abundantes, clima ameno e vegetação de cerrado (o que facilitaria a derrubada da mata), a localização próxima ao Caminho dos *Goiazes* permitiria o escoamento da produção.

O movimento migratório, oriundo em grande parte do sul de Minas Gerais, modificou a paisagem das colinas, capoeiras e matas que deram lugar mais tarde à Vila Franca do Imperador. A criação da paróquia (1805) é creditada ao empenho de mineiros que se estabeleceram na região, tendo seu primeiro vigário nascido em Minas Gerais. Nos anos subsequentes, os novos moradores de Franca, obtiveram mais uma conquista, a elevação do povoado a vila e a abertura da Câmara Municipal (1824). Assim, a

comunidade já se encontrava minimamente atendida em suas necessidades político-administrativas e a Igreja Católica se fazia presente. Durante esse processo, o crescimento populacional foi significativo e avançou as décadas seguintes⁵. A população escrava esteve presente, mas sua proporção no total de habitantes não ultrapassou um terço em todo o período para o qual encontramos informações demográficas (final século XVIII e século XIX).

As principais atividades econômicas desenvolvidas em Franca eram a pecuária, a produção de gêneros da terra voltados para o abastecimento interno e o comércio do sal. Nessa época, a produção do café era ainda irrisória.

Neste sentido, Franca apresenta especificidades: mesmo não estando inserido na grande lavoura de exportação, esse município possuía uma economia relativamente dinâmica voltada para o mercado interno - produção de bens alimentícios e pecuários – e a posição como entreposto comercial, além de uma população considerável, tanto de livres quanto de escravos⁶.

Na primeira metade do século XIX, Franca não se enquadrava como um município agroexportador como os do Vale do Paraíba (vinculados à cafeicultura) ou os do quadrilátero do açúcar. As atividades desenvolvidas na região eram a pecuária e a produção de gêneros (arroz, milho, feijão, mamona, cana, algodão, dentre outros) (MULLER, 1923). Além destas, destacavam-se também a produção têxtil (tecelagem de algodão e tear) e o comércio do sal.

Os gêneros alimentícios produzidos na localidade abasteciam viajantes que percorriam a Estrada dos *Goiazes*, uma vez que a região de Franca exerceu a posição de entreposto comercial ao interligar Minas Gerais e São Paulo a Goiás e Mato Grosso. O gado era destinado ao comércio e consumo em Minas Gerais, à Corte, ou ao Vale do Paraíba paulista.

Apesar de não estar inserida diretamente na agricultura agroexportadora, Franca possuía uma economia relativamente dinâmica, o que justifica o crescimento de sua população ao longo do século XIX. A evolução da localidade deu-se de forma imbricada

⁵ A população do *sertão do rio Pardo* era de apenas 365 habitantes em 1797 (BRIOSCHI, 1995, p.112). A freguesia de Franca contava com 1.605 moradores em 1807 e 2.848 no ano de 1814 (BACELAR *apud* BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.70). A Vila Franca do Imperador possuía 5.827 habitantes em 1824 e 10.667 em 1836 (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.186; MULLER, 1923, respectivamente).

⁶ Sobre a evolução histórica e econômica de Franca ver Cunha (2009b), capítulo 1.

com sua dinâmica econômica e produtiva, no mútuo condicionamento entre esse dinamismo e a demografia escrava *vis-à-vis* as conjunturas social, política, econômica e demográfica da província e região estudadas.

Entre 1839 e 1885, o município de Franca passou por cinco desmembramentos territoriais (mapa 1). Para evitar que tais desdobramentos pudessem trazer distorções quando fosse necessário comparar as informações, apresentamos os dados de Franca e demais municípios desmembrados conjuntamente. Quando mencionarmos *antigo território de Franca* ou *território de Franca* estamos nos referindo às áreas do município de Franca e seus desmembramentos. Caso contrário, ou seja, quando não houver essa referência, as informações dizem respeito apenas à área do município de Franca.

MAPA 1 - Municípios de Franca, Batatais, Cajuru, Igarapava, Patrocínio Paulista e Ituverava, 1886



Fonte: Malha municipal digital do Brasil (IBGE, 1991).

Em amarelo temos a área aproximada do território original de Franca.

2. A ESCRAVIDÃO EM NÚMEROS: A DEMOGRAFIA ESCRAVA A PARTIR DAS FONTES QUANTITATIVAS, 1811-1888

Nosso objetivo é o de caracterizar a estrutura e a composição da população escrava - por sexo, idade, origem (africana ou crioula) e estado conjugal - presente na localidade paulista de Franca entre 1811-1888 a partir de fontes de caráter censitário e os inventários *post mortem*, destacando as permanências e alterações encontradas na demografia escrava ao longo do período analisado.

Os inventários *post mortem* são fontes abundantes nos arquivos e fóruns das cidades brasileiras e ainda pouco explorados em estudos demográficos e de população. As possibilidades de utilização dessa fonte no estudo da demografia e da família escrava são variadas e profícuas (FLORENTINO, 1997; GARAVAZZO, 2006; SALLES, 2008; CUNHA, 2009a; CUNHA, 2013; FREIRE, 2014). Diversas localidades brasileiras dispõem de esparsas informações quantitativas para o período pré-censitário, o que torna o uso dos inventários ainda mais promissor, no entanto, é preciso ressaltar que o seu acesso nos dias atuais nem sempre é facilitado ou está disponível para consulta pública.

O estudo da demografia escrava a partir dos inventários *post mortem* corrobora o que já foi salientado por L. Henry (1988, p.11), “a análise dos fenômenos está pouco ligada ao tipo de documentos disponíveis” sendo necessário se adaptar à “diversidade de situações”. Nem todas as fontes foram produzidas com a preocupação demográfica *stricto sensu* e os inventários *post mortem* são um caso exemplar.

Os inventários são documentos regulados pelo direito de sucessões, nos quais “são enumerados os herdeiros e relacionados os bens de pessoa falecida, a fim de se apurarem os encargos e proceder-se à avaliação e partilha da herança” (FERREIRA, 2012). Esse documento é um dos poucos arrolamentos em que é possível verificar o *tamanho da escravaria*, informação ausente dos censos, mas que atua como um dos fatores a influenciar a demografia e a família escrava.

Os 395 inventários levantados pela pesquisa, que abrangem o período 1811-1850, arrolam um total de 2.596 cativos. Entre 1851 e 1888, 505 peças apresentaram 3.188 escravos listados (e 215 ingênuos)⁷. As peças consultadas para nossa pesquisa encontram-

⁷ Levantamos o universo de inventários *post mortem* com escravos arrolados pertencentes ao Termo de Franca.

se disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF) e referem-se ao 1º e 2º Ofícios Cíveis⁸.

Num primeiro momento, a fim de realizarmos um exercício de caráter metodológico, comparamos os dados censitários presentes na Lista Nominativa de Habitantes de 1835-1836 e as informações recolhidas nos inventários *post mortem* referentes ao período 1811-1850.

O ano de 1850 – quando ocorreu a abolição do tráfico atlântico – marcou um novo momento na demografia escrava. Após esse ano, embora o tráfico ilegal possa ter introduzido novos africanos no território brasileiro, a reprodução da população escrava passou a depender, sobretudo, do crescimento vegetativo e do tráfico interno. A série de outras leis que encaminharam o processo emancipacionista, promulgadas entre 1850 e 1888, assim como as grandes transformações socioeconômicas observadas no país neste mesmo período, responderam por novas mudanças no sistema escravista que impactaram a demografia escrava. Franca não esteve alheia a esse processo.

Ao focalizar a evolução da população cativa entre 1851-1888 é preciso levar em conta que durante o século XIX ocorreram no Brasil transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram profundamente a dinâmica demográfica desse segmento populacional: o fim do tráfico atlântico de escravos, a transição para o trabalho livre, a expansão da cafeicultura e seus desdobramentos (o crescimento dos núcleos urbanos, a expansão da malha ferroviária e a imigração internacional). Na primeira metade do século XIX os escravistas tiveram oferta constante de mão de obra escrava oriunda da África, enfrentando poucas dificuldades para adquiri-la⁹.

Com a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que extinguiu o tráfico transatlântico de escravos, o tráfico interno passou a abastecer as áreas escravistas do Sudeste com cativos especialmente provenientes da região Nordeste. A migração de escravos das províncias do Nordeste para o Sudeste agroexportador perdurou até 1881, quando elevadas taxas de importação de cativos foram aprovadas pelas Assembleias Legislativas do Rio de

⁸As informações levantadas para nossa pesquisa foram: a localização do inventário (caixa, número), ano de abertura, os nomes dos inventariados, inventariantes e os cativos arrolados (nome, idade, estado conjugal, relação de parentesco com outros cativos, condições de saúde, ocupação, cor, naturalidade e preço).

⁹ Apesar de a Inglaterra pressionar o Brasil para a extinção do tráfico e ter conseguido que fosse proibido formalmente em 1831, a importação de africanos manteve-se nas décadas de 1830 e 1840.

Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, dificultando o tráfico interno (SLENES, 1976, p. 124-125).

Durante a segunda metade do século XIX o Estado passou a interferir mais diretamente na relação senhor-escravo através de leis referentes ao elemento servil. O decreto nacional n. 1.695, de 15 de setembro de 1869, proibia a separação de escravos casados por venda. A lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como *Lei do Ventre Livre* ou *Rio Branco*, libertava os filhos de ventre escravo¹⁰ e permitia ao cativo a formação de pecúlio, com o qual poderia comprar a sua liberdade¹¹.

Para a segunda metade do século XIX, cotejamos os dados do Recenseamento Geral do Império de 1872 com as informações coletadas em inventários *post mortem* para o período 1851-1871. Com a Lei do Ventre Livre promulgada em setembro de 1871, as crianças nascidas de ventre escravo são consideradas livres. Dando continuidade ao nosso exercício, comparamos as informações extraídas da Matrícula de 30 de março de 1887 publicadas no *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística (1888)* com aquelas encontradas nos inventários *post mortem* entre 1872 e 1888.

As informações referentes ao primeiro recenseamento realizado no Brasil em 1872, assim como aquelas presentes no *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística (1888)* são provenientes da coletânea *São Paulo do Passado: dados demográficos* (BASSANEZI, 1998), na qual se encontram transcritos, corrigidos e sistematizados os dados dos levantamentos populacionais regionais e nacionais publicados para a Província/Estado de São Paulo entre 1836 e 1920.

O Recenseamento Geral do Império de 1872, *por motivos imperiosos*, segundo as autoridades da época, só foi realizado na Província de São Paulo em 1874, ou seja, três anos após a Lei do Ventre Livre (1871). Embora a norma fosse considerar o ano de 1872 como referência na coleta das informações censitárias, parece não ter sido obedecida pelos recenseadores em Franca: entre os escravos só foram contabilizadas as crianças

¹⁰ A Lei estipulava que os filhos livres de ventre escravo (*ingênuos*) deveriam permanecer sob a tutela dos proprietários de suas mães até os oito anos, quando então, o senhor escolheria por se servir do trabalho dos ingênuos até seus 21 anos ou receber uma indenização do Estado e abrir mão dos serviços. A primeira opção foi majoritariamente escolhida entre os senhores (TEIXEIRA, 2006, p. 12).

¹¹ O pecúlio só foi formalmente reconhecido nesta lei.

com três anos e mais. Precisamos estar atentos a isso. De qualquer forma, mesmo que os dados sejam relativos ao ano de 1874, a referência será sempre o Recenseamento Geral do Império de 1872.

Uma nova lei de encaminhamento do processo de abolição, a de n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, também conhecida como *Lei dos Sexagenários* ou *Saraiva-Cotegipe*, tornou livre todos os escravos com 60 anos ou mais. Assim como a Lei do Ventre Livre, a libertação deu-se de maneira condicional: o escravo beneficiado pela lei devia continuar servindo seu antigo proprietário por mais três anos ou até atingir 65 anos¹².

Também é preciso considerar as alforrias que, compradas ou concedidas, eram um caminho possível para a liberdade e foram frequentes no Brasil escravista do período. Elas implicavam a saída de pessoas do segmento escravo para o livre e, consequentemente, em alterações na estrutura e dinâmica demográfica desses segmentos.

Por fim, a extinção da escravidão ocorreu em 13 de maio de 1888 sem indenização alguma para as partes envolvidas¹³. A combinação de tais aspectos teve impactos consideráveis na população escrava do período.

De 1872 a 1888, na Província de São Paulo se registrou apenas um levantamento regional de população realizado em 1886, no entanto, a maior parte das informações disponíveis não desagrega livres e escravos, além de apresentar lacunas para as localidades pertencentes ao território original de Franca. Esse documento traz também dados agregados sobre a população escrava, por município, extraídos da Matrícula de 30 de março de 1887, assim como, sobre os filhos livres de mulher escrava coletadas até 30 de junho de 1886 publicados no *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística (1888)*.

2.1. Primeira metade do século XIX: 1811-1850

Em princípios do século XIX, a população escrava de Franca cresceu através da migração de africanos e crioulos vindos de Minas Gerais com seus donos que expandiam

¹² As leis procuravam realizar a transição para o trabalho livre de forma lenta e gradual, delimitando as relações sociais entre (ex)escravos e senhores na sociedade livre (MENDONÇA, 2008).

¹³ A Lei 13 de maio libertou pouco mais de 700.000 cativos já que, de acordo com a matrícula de 1887, a população escrava no Brasil (de 15 a 59 anos) totalizava 723.175 cativos (SLENES, 1976, p. 697-698).

as fronteiras agrícolas e de criação para terras paulistas¹⁴. Parte da riqueza já produzida em Minas Gerais, portanto, transferiu-se para Franca.

Desde então, como demonstraremos a seguir, a aquisição de novos escravos via tráfico atlântico e interno, e, sobretudo o nascimento de crianças, contribuíram para a manutenção e ampliação das posses cativas.

Dos 1.571 domicílios arrolados na Vila Franca do Imperador em 1836, 40,1% contavam com o braço escravo, proporção maior que em outras localidades paulistas para as quais dispomos de informação relativa às três primeiras décadas do século XIX. Em Sorocaba (1810), Areias (1829) e Ubatuba (1830) os escravos estavam presentes em 20,4%, 38% e 35% dos domicílios, respectivamente. Naquele momento a cafeicultura já estava presente em Areias e Ubatuba, mas em Sorocaba a agricultura de subsistência e as trocas comerciais imperavam¹⁵. Em 1829, considerando-se toda a Província de São Paulo, aproximadamente 30% dos domicílios possuíam escravos (LUNA, 1992, p. 447).

Os domicílios com até 10 escravos agregavam 53,8% dos escravos em Franca e representavam 86% no conjunto daqueles domicílios. Em 1832, Botelho (1994) encontrou $\frac{3}{4}$ dos escravos de Montes Claros-MG vivendo em domicílios com até 10 cativos. Já em Campinas-SP observamos exatamente o contrário: os domicílios com menos de 10 cativos continham 27,2% de todos os escravos em 1801; com a expansão das *plantations* em 1829, apenas 12,9% dos escravos estavam em domicílios que contavam com um a nove cativos (SLENES, 1999, p.71). De certa forma, nesse aspecto Franca ocupava uma posição intermediária entre aquele município mineiro e Campinas. Muito provavelmente a posição de Franca estava vinculada a uma maior relação que mantinha com as áreas agroexportadoras, o que não ocorria com a mesma intensidade em Montes Claros-MG.

De fato, a economia de abastecimento interno era mais ou menos rentável em virtude da proximidade de áreas agroexportadoras ou centros urbanos, o que proporcionava maiores ganhos aos produtores de gêneros de primeira necessidade, permitindo maior acesso ao braço escravo. Em Cunha, localidade do Vale do Paraíba paulista, por exemplo, apesar de sua participação restrita no mercado agroexportador (com menos de 5% de sua produção), os escravos eram quase metade no conjunto da

¹⁴ Segundo a Lista Nominativa de Habitantes (1836), 75,5% dos domicílios com escravos da Vila Franca do Imperador era chefiado por pessoas naturais de Minas Gerais (CUNHA, 2009b, p. 77).

¹⁵ Sobre Sorocaba ver Bacellar (2001, p. 144); sobre Areias Luna (1992, p. 447); sobre Ubatuba Marcílio (1986, p. 134).

população entre 1804-1829 e suas características demográficas assemelhavam-se às encontradas nas áreas de *plantation*. A proximidade com um polo dinâmico da cafeicultura paulista e da capital contribuiu para o aquecimento da economia de Cunha e facilitou o acesso de seus produtores à mão-de-obra escrava (LUNA; KLEIN, 2005).

Em 1836, no vasto território do município de Franca viviam 10.370 pessoas, das quais 1/3 eram escravas (3.395). Segundo Muller (1923), Franca estava entre os nove municípios da Província de São Paulo com mais de 3.000 escravos e ocupava a oitava posição em número proporcional de escravos no conjunto da população (32,7%). Os municípios que possuíam mais escravos em São Paulo estavam vinculados à produção de açúcar ou café: Areias, Bananal, Campinas, Itu, Lorena, Piracicaba e Porto Feliz. A estes se somava a capital da Província, cuja economia absorvia também considerável número de escravos¹⁶. Outros municípios não vinculados à *plantation*, como Itapetininga e Sorocaba, apresentaram proporções de cativos em sua população bem inferiores ao verificado em Franca (respectivamente 15,5% e 23,7%).

Entre os cativos de Franca, 57,2% eram homens e 42,8% mulheres, ou seja, havia 134 homens para cada 100 mulheres. Esse desequilíbrio entre os sexos era menor que aquele encontrado nas áreas de agricultura de exportação para o mesmo ano. Em Piracicaba e Itu, por exemplo, onde predominava a lavoura canavieira, a razão de sexo entre os escravos era de 184 e 155, respectivamente; em Bananal e Areias, municípios cafeicultores do Vale do Paraíba, esta razão alcançou níveis ainda mais elevados, respectivamente 237 e 197. Em áreas voltadas para o abastecimento interno, a razão de sexo entre os escravos assemelhavam-se ou eram menores do que em Franca, como em Sorocaba (136), Iguape (119) e a capital (107). Embora em ambos os segmentos predominassem os homens, a proporção deles no conjunto dos cativos era bem maior do que no conjunto dos livres. Entre os livres de Franca a razão de sexo era de 107, bem mais próxima ao ponto de equilíbrio (MULLER, 1923).

A predominância de homens cativos foi verificada durante todo o período de vigência do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil (SILVA, 2012, p. 10). A migração forçada para o trabalho agrícola e a mineração nos trópicos incorporava de

¹⁶ A porcentagem da população escrava no total de habitantes desses municípios era de 40,6%, 51,7%, 58,6%, 48,7%, 40,9%, 33,9%, 36,9% e 24,3% respectivamente.

preferência força de trabalho masculina, mas não excluía mulheres e crianças do infortúnio da travessia transoceânica¹⁷.

A menor participação das mulheres entre os africanos desembarcados nos portos do Brasil se daria em virtude de “ser a mulher a principal força de trabalho agrícola de grande parte da África e, ao mesmo tempo, por constituir-se em veículo primordial de reprodução física dos indivíduos, uma vez escravizada, seu preço seria superior ao do homem no mercado africano”, ainda que para suprir a demanda do tráfico, ocorressem variações no fornecimento de homens e mulheres entre as regiões da África (KLEIN; ENGERMAN, 1982 *apud* FLORENTINO, 2008, p. 227).

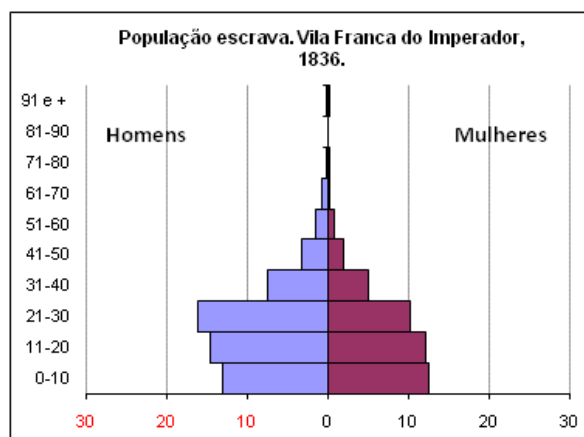
A liberdade também se mostrou mais acessível às mulheres. Segundo Batista (1998), ao analisar as cartas de liberdade para o período 1825-1888, existentes no Cartório do 1º Ofício Cível e Notas de Franca, elas se sobrepuseram aos homens, característica que não destoou de outras regiões do Brasil.

A predominância masculina verificada no segmento escravo no município de Franca não se assemelhou às áreas de agroexportação da Província de São Paulo, ávidas pelo braço escravo e mais pujantes para adquirir africanos, o que acabou por refletir em razões de sexo menos equilibradas nas *plantations* do que em Franca. Como veremos adiante, os crioulos sempre excederam os africanos dentre os cativos de Franca nos oitocentos.

Como era de se esperar, a estrutura etária e por sexo da população escrava de Franca era muito diferente da população livre. O tráfico internacional e interno de escravos, que privilegiava homens em idades produtivas, contribuiu para modelar uma pirâmide etária com uma estrutura por sexo e idade que não se assemelhava a dos homens e mulheres livres. Em 1836, as crianças, entre zero e 10 anos de idade, representavam 25,5% desse segmento (no livre, eram 35,9%).

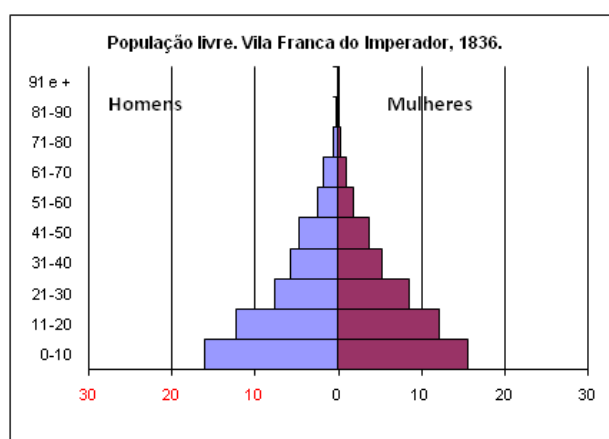
¹⁷ “As características demográficas dos recém-chegados escravos africanos, explicadas, principalmente, pela maior demanda do sexo feminino dentro da África e pelo desinteresse comercial pelo tráfico de crianças, justificam a estatística incomum, relativa [ao desequilíbrio] de sexo e idade dos africanos, tanto no primeiro censo de 1872, como nos censos regionais” (KLEIN, 1986, p. 53 *apud* FLORENTINO, 2008, p. 215).

GRÁFICO 1



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

GRÁFICO 2



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

A partir dos dados provenientes da Lista Nominativa de 1836 e dos inventários, as pirâmides etárias segundo a origem africana ou crioula demonstraram que, para a primeira metade do século XIX, tanto as informações coletadas em um momento específico do tempo (1836) como as coletadas no decorrer de quase 40 anos (1811-1850) apresentaram perfis semelhantes, ainda que valores e proporções diferenciados.

Os homens representavam 54,9% dos escravos inventariados e as mulheres, 45,1%. Em outras palavras, para cada 100 mulheres escravas que aparecem nos inventários havia 122 homens. As crianças com até 10 anos representavam 28% dos cativos arrolados nos inventários (no censo eram 25,5%). As diferenças entre os resultados apresentados pelas duas fontes certamente ficam por conta da seletividade embutida nos inventários (privilegiando aqueles que morreram proprietários). Por outro

lado, por envolver a transmissão de bens, o inventário era mais rigoroso no arrolamento e na enumeração dos escravos, mas não necessariamente na caracterização dos mesmos.

No que tange à proporção de escravos de origem africana ou crioula, segundo sexo e idade, os dados censitários e os extraídos do conjunto dos inventários continuaram apresentando perfis parecidos.

Em 1836, dos 3.395 cativos de Franca a maioria era crioula (56,0%), mas a presença africana não era desprezível (31,7%). Para 12,3% não há informação quanto à origem. Os africanos eram 37,5% do total de escravos do sexo masculino e as africanas 24,0% das cativas do sexo feminino. Os escravos arrolados nos inventários no período 1811-1850 seguem a mesma tendência (28,5% eram africanos, 63,1% crioulos e para 8,5% não foi informada a naturalidade). Os africanos representavam 34,9% dos escravos e as africanas 20,7% das cativas.

Os valores encontrados nas duas fontes são bastante semelhantes quanto à proporção de africanos e crioulos no total da população escrava. O subregistro no tocante à naturalidade foi menor nos inventários (8,5%) do que o verificado para a Lista Nominativa (12,3%). Deve-se ressaltar a marcante presença de crioulos, ainda na primeira metade do século XIX, o que pode indicar a ocorrência de crescimento vegetativo entre a população escrava de Franca - SP.

Aqueles para os quais há identificação do local de procedência da África predominavam os do grupo banto (Angola, Benguela, Congo, Cabinda) tanto na Lista Nominativa de Habitantes de 1836 como nos inventários da primeira metade do século XIX.

As informações a respeito da origem africana dos cativos são mais detalhadas nos inventários do que na Lista. A Lista informa que 36% dos homens e 37,4% das mulheres com origem africana identificada eram provenientes da África Central ou Centro-Oeste Africano (*Congo, Cabinda, Monjolo, Muange*) e de Angola (*Benguela, Cassange, Rebolo, Angola*). Quase 2/3 dos escravos africanos de ambos os sexos eram indicados como africano (a), de Nação, da Costa ou apenas que vinham da *África*.

No período entre 1811 e 1850, encontramos 2/3 de escravos inventariados com alguma indicação de sua procedência africana. Os provenientes da África Central ou Centro-Oeste representavam aproximadamente metade dos escravos de origem africana. Os inventários *post mortem* apresentam maior detalhamento sobre a procedência dos

escravos africanos. Seriam os próprios escravos informantes de seu local de origem/embarque na África? O que podemos confirmar, uma vez que outros trabalhos já têm apontado, os bantos constituíam o principal grupo de escravos de toda província paulista.

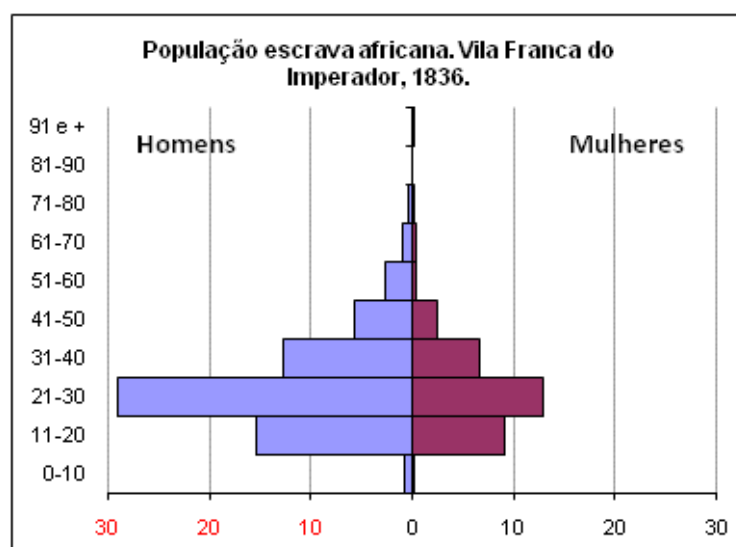
As pirâmides etárias relativas aos africanos apresentam um perfil típico de população imigrante, com mais homens em idade adulta e produtiva, portanto, apresentando idade média mais elevada do que os crioulos, respectivamente 36 e 19 anos¹⁸. O perfil da população crioula, por sua vez, mostrou-se bastante parecido com a da população livre, reforçando os indícios de ocorrência de reprodução natural entre os cativos (Gráficos 3, 4 e 5).

Se comparada às áreas onde a economia agroexportadora predominou, o número de africanos em Franca era mais reduzido. No Vale do Paraíba paulista e Oeste Paulista, a proporção de africanos no total da população escrava chegou, em algumas localidades, a apresentar valores próximos a três quartos. Em Bananal (município produtor de café no Vale do Paraíba), 78,2% do total de cativos eram africanos em 1829 (MOTTA, 1999) e em Campinas, “em 1801, os africanos constituíam 70,1% dos cativos acima de 15 anos de idade. A proporção provavelmente se manteve próximo ou até superior a este patamar até o final do tráfico” (SLENES, 1999, p.71).

Outro cenário aparece em áreas voltadas para a produção de gêneros de subsistência, como Montes Claros, onde a participação dos africanos no total da população escrava foi de pouco mais de 20% em 1832 (BOTELHO, 1994).

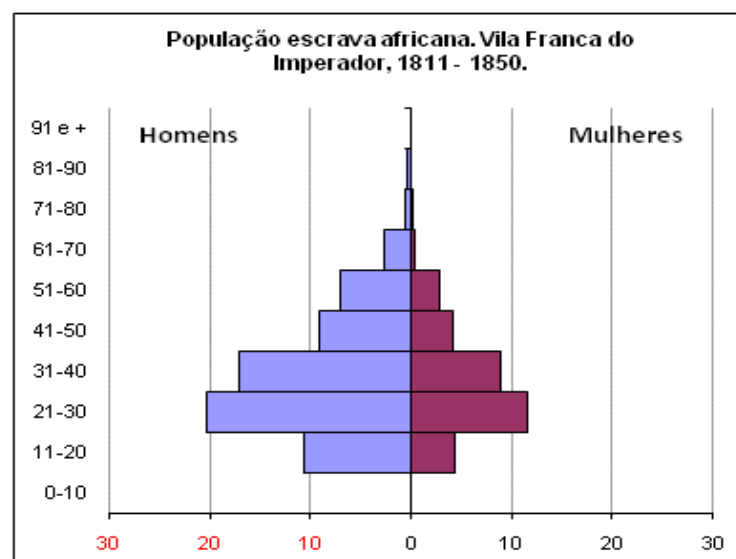
¹⁸ As idades médias se referem ao período 1811-1850.

GRÁFICO 3



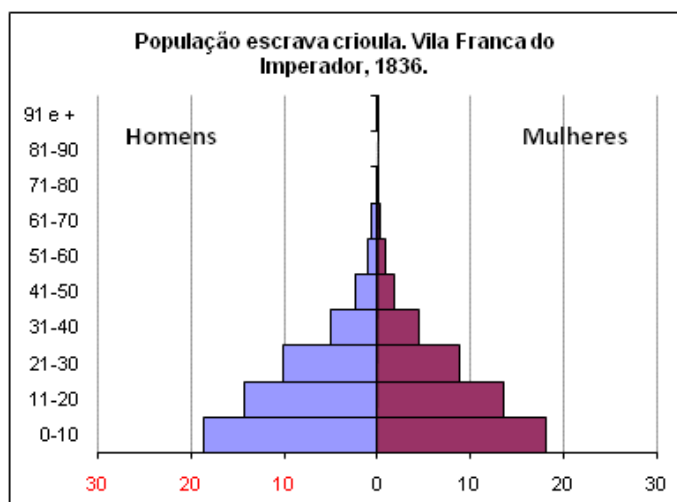
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

GRÁFICO 4



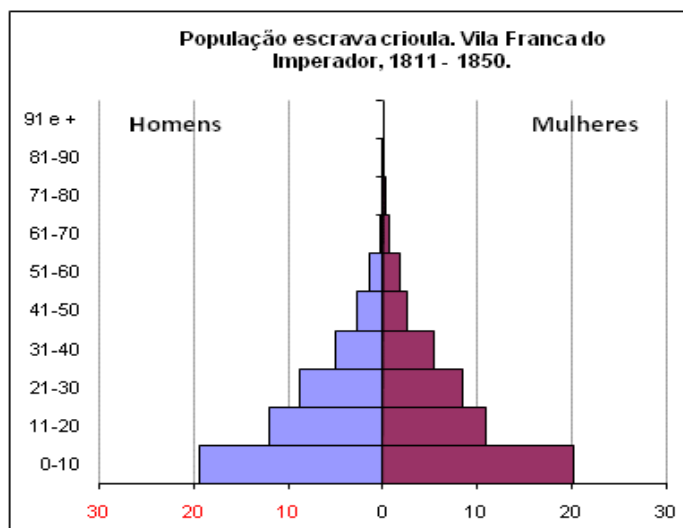
Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

GRÁFICO 5



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

GRÁFICO 6



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

No tocante à naturalidade dos escravos nascidos no Brasil, no censo de 1836 há referências genéricas como *crioulo(a)* ou *Brasil* e indicações da província de origem: Minas Gerais (15,2% do total geral) e de São Paulo (21,2%). Os escravos do sexo masculino nascidos na Província de São Paulo (inclusive Franca) eram 18,8% e, em Minas Gerais, 14,8%. As cativas naturais de Franca ultrapassavam, em números absolutos e proporcionais, seus pares homens. A porcentagem de mulheres provenientes de São Paulo chegava a 24,3% e as naturais de Minas Gerais a 15,8% do total da população cativa feminina.

As porcentagens referentes à origem crioula dos cativos de Franca confirmam nossa afirmação no início dessa seção: muitos escravos saíram Minas Gerais, acompanhando seus senhores, vieram para as terras paulistas, onde tiveram filhos (como atesta a proporção dos nascidos em São Paulo, sendo uma boa parte já natural de Franca).

TABELA 1- População escrava segundo naturalidade e sexo. Franca, 1836

Naturalidade	Homens	%	Mulheres	%	S/I	%	Total	%
Prov. de SP	365	18,7	353	24,3			718	21,1
Prov. de MG	287	14,8	229	15,8			516	15,2
África	727	37,5	349	24,0	1	50,0	1.077	31,7
Crioulos/Brasil	353	18,2	315	21,7	1	50,0	668	19,7
S/I	210	10,8	206	14,2			416	12,3
Total	1.941	100,0	1.452	100,0	2	100,0	3.395	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação.

Para a primeira metade do século XIX, os inventários *post mortem* não informam o local de origem dos crioulos, evidenciando uma limitação da fonte.

As informações disponíveis na Lista Nominativa de 1836 revelam que as oportunidades dos escravos se unirem através do casamento formal não eram iguais às dos livres e nem semelhantes para todos os escravos. Da mesma forma, não eram as mesmas para homens e mulheres (Tabela 2). Uma razão de sexo mais elevada implicava, de pronto, que uma parcela da população masculina adulta cativa não encontrasse no interior de seu grupo uma parceira solteira para uma união estável. Buscar um parceiro ou parceira fora da escravaria era raro¹⁹.

TABELA 2 - População escrava com 15 anos ou mais segundo estado conjugal e sexo. Franca, 1836

Estado	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Solteiro	929	68,2	490	54,4	1.419	62,7
Casado	325	23,8	314	34,9	639	28,2
Viúvo	6	0,4	11	1,2	17	0,8
S/I	103	7,6	86	9,5	189	8,3
Total	1.363	100,0	901	100,0	2.264	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação.

¹⁹ Apenas 11 casamentos registrados na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca (de um total de 728) no período 1807-1888 se deram entre noivos que pertenciam a proprietários diferentes.

Considerando os escravos com 15 anos e mais de ambos os sexos recenseados em 1836, verificamos que 29,0% deles eram casados ou viúvos. Na população livre, nessa mesma faixa de idade, esse percentual é de aproximadamente 60%. Dentre os homens cativos 68,2% eram solteiros, 23,8% deles casados e 0,4% viúvos (em 7,6% de casos não há informação sobre o estado conjugal). Já a existência de parceiros elegíveis proporcionou às mulheres mais oportunidades que aos homens de se casar (34,9% eram casadas e 1,2% viúvas) (Tabela 2).

Em Campinas, a porcentagem de escravos do sexo masculino maiores de 15 anos casados ou viúvos chegou a 30,1% em 1801 e a 23% em 1829. Para as mulheres do mesmo grupo etário, a participação das casadas ou viúvas foi de 58,2% em 1801 e 55,4% em 1829 (SLENES, 1999). A Vila Franca do Imperador de meados da década de 1830 diferenciou-se de forma mais acentuada de Campinas no que diz respeito às mulheres escravas casadas ou viúvas em 1829. Certamente a diferença mencionada esteve diretamente relacionada à razão de sexo entre os escravos com 15 anos ou mais, que foi significativamente superior em Campinas (razão de sexo de 192 em 1801 e 286 em 1829) (SLENES, 1999), do que em Franca em 1836 (razão de sexo de 151). Uma alta correlação entre a razão de sexo e a porcentagem de mulheres escravas casadas foi destacada por Luna e Klein (2005):

[...] o Oeste Paulista e o Vale do Paraíba em ambos os anos [1804 e 1829] tiveram razões de masculinidade muito superiores ao padrão da província como um todo e apresentaram percentagens igualmente elevadas de mulheres casadas. Por sua vez, as razões de masculinidade claramente se relacionaram com a participação dos escravos africanos na população escrava residente (LUNA; KLEIN, 2005, p. 184).

De acordo com os inventários para o período 1811-1850, os dados são bastante lacônicos em relação ao estado conjugal da população escrava avaliada/listada: apenas 9,9% do total de cativos com 15 anos ou mais aparecem como casados ou viúvos. Encontramos 8,4% de homens cativos com 15 anos ou mais arrolados como casados ou viúvos e 11,9% das mulheres cativas eram casadas, não houve menção a viúva(s).

Para fins comparativos com os dados do Censo de 1872, calculamos a participação dos casados ou viúvos com 16 anos ou mais. Em 1836, 29,6% do total de cativos (de ambos os sexos) eram casados/viúvos. Os inventários *post mortem* abertos entre 1811-

1850 indicaram que 10,2% dos escravos listados (de ambos os sexos) eram casados ou viúvos.

As informações a respeito do estado conjugal presentes nos inventários *post mortem* após 1850 parecem ter sido objeto de maior atenção e cuidado por parte dos avaliadores.

2.2. Segunda metade do século XIX: 1851-1871 e 1872-1888

Em 1836, na Vila Franca viviam 10.370 pessoas, das quais cerca de 1/3 eram escravas (3.395); quase quatro décadas após, encontravam-se 40.277 habitantes, dos quais 6.461 ainda eram cativos. Embora estes tenham quase que dobrado seu volume em relação a 1836, sua participação no total da população do território francano reduziu-se para 16,0% em 1872 (no município de Franca propriamente dito, para 18,9%).

Tomando apenas o município de Franca, verificamos que em 1872, estava entre os municípios mais populosos da Província de São Paulo. Dos 89 municípios existentes nessa ocasião, seis tinham uma população superior a 20.000 habitantes e Franca ocupava a quinta posição nessa classificação. Sua população livre era inferior apenas à paulistana e à de Itapetininga. Seus escravos representavam 2,2% dos cativos da Província.

A proporção de cativos no total da população do município de Franca (18,9%) era superior à observada em Itapetininga (8,5%) e na capital, São Paulo (12,2%). No entanto, inferior a outras localidades caracterizadas por uma agricultura agroexportadora: Bananal (53,1%), Campinas (43,6%) e Piracicaba (28,5%).

No conjunto dos escravos do município de Franca, os homens predominavam em proporções semelhantes às encontradas para o antigo território (respectivamente 53,2%), enquanto a proporção de crianças com até 10 anos apresentava-se um pouco maior no município que no território (16,5% e 15,3%, respectivamente).

Verificamos que os escravos listados nos 339 inventários, entre 1851 e 1871, totalizavam 2.264 pessoas, das quais 53,7% eram homens e 46,3% mulheres (valores muito próximos aos verificados no Censo de 1872). A razão de sexo ficou em 116 entre 1851-1871 e 114, tanto para o território como para o município de Franca, em 1872.

A Matrícula de Escravos de 1887 apontava a existência de 3.912 escravos no conjunto do território e 1.283 no município de Franca²⁰.

Em 1886, a população do território original de Franca contava com 41.371 habitantes, sendo 10.040 no município de Franca. A participação de cativos no total da população do território declinou de 16,0% em 1872 para cerca de um décimo em 1887. Franca, em 1887, era o município do norte paulista que mantinha a maior porcentagem de cativos no total da população (12,8% de sua população era composta por escravos), apesar de Batatais apresentar maior número absoluto de cativos em relação ao município de Franca. A população escrava do conjunto do território em 1887 era composta por 54,3% de homens e 45,7% de mulheres, a razão de sexo ficou em 119 (no município, 115).

Dentre os 924 escravos arrolados em 166 inventários *post mortem* referentes aos anos 1872-1888, 52,8% eram do sexo masculino e 47,2% do feminino, com razão de sexo igual a 112.

O desequilíbrio entre homens e mulheres escravizados verificado em Franca não foi tão desigual quanto em áreas cafeeiras do Oeste Paulista. Segundo a Matrícula de 1887, em Campinas a razão de sexo foi de 213 e, em Rio Claro, 164; nas áreas açucareiras como Itu era de 149 e Piracicaba, 144.

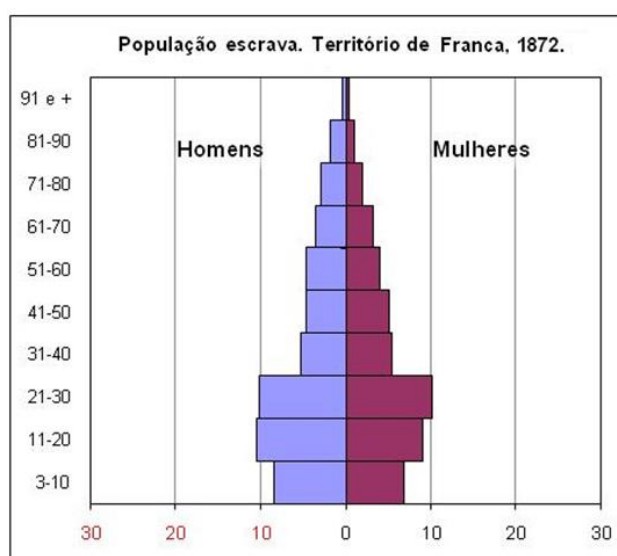
Quando confrontamos os inventários *post mortem* no período 1851-1871, a proporção de crianças com idade igual ou inferior a 10 anos mostrou-se elevada (30%), o que acabou por dar forma piramidal à representação gráfica da população cativa por sexo e grupos etários. Nesse período, as crianças nascidas antes da Lei do Ventre Livre se fizeram presentes e a expressiva participação das mesmas no segmento cativo nos leva a aventar a hipótese de reprodução natural em Franca.

Apesar de não haver consenso entre os historiadores, há estudos que atestam a possibilidade de reprodução natural entre a população escrava inserida em economias não voltadas para a agricultura mono-exportadora como foi destacada por Gutiérrez (1987) em sua análise sobre a população escrava na capitania/província do Paraná, no começo do século XIX. O elevado número de nascimentos e o perfil jovem da população cativa indicam que o crescimento desse segmento deveu-se à reprodução natural entre

²⁰ Entre 1872 e 1886 o município de Franca teve desmembrado de seu território três localidades: Igarapava (1873), Ituverava (1885) e Patrocínio Paulista (1885). Além de Batatais já elevada a Vila em 1839.

os mesmos. Botelho (1994; 1998) em seu estudo sobre Montes Claros - MG no século XIX, também atentou para o crescimento vegetativo da população escrava, assim como Marcondes e Garavazo (2002) ao analisarem a estrutura de posse cativa em Batatais-SP em meados da década de 1870. Paiva e Libby (1995) também chamaram a atenção para as regiões em Minas Gerais que não se alimentaram exclusivamente do tráfico internacional (ou do comércio interno de escravos), uma vez que os nascimentos também foram responsáveis para a manutenção de escravarias, ao menos até 1872²¹.

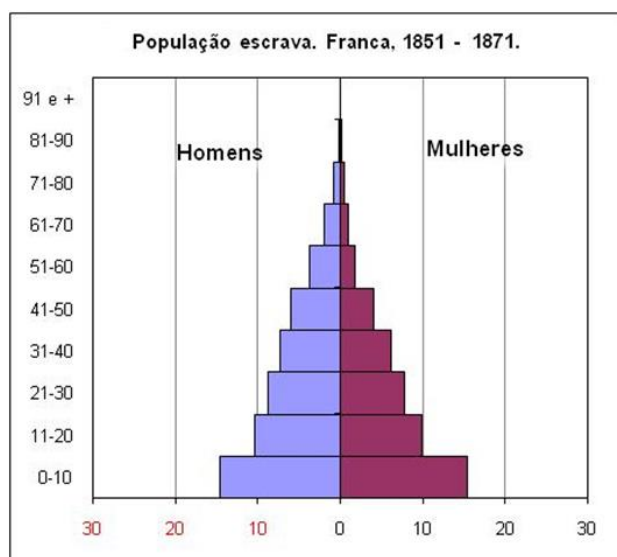
GRÁFICO 7



Fonte: Bassanezi (1998).

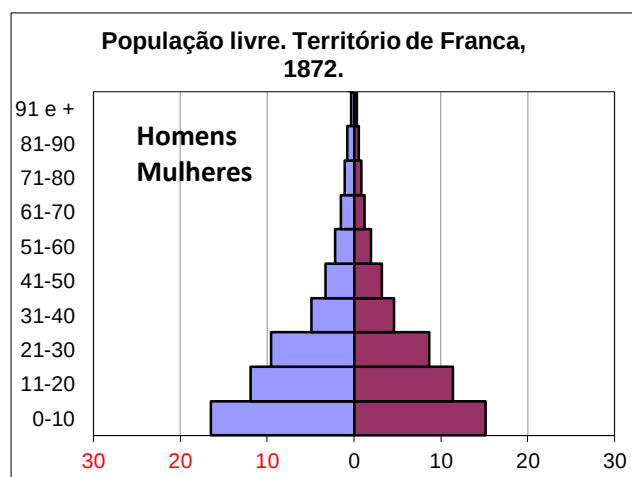
²¹ Salles (2008) destaca a ocorrência de reprodução natural entre os cativos de Vassouras-RJ (zona de produção cafeeira) na segunda metade do século XIX, assim como Barroso (2015) também atenta para a possibilidade de reprodução natural entre os escravos da zona Guajarina e Baixo Tocantins (Grão-Pará) ao analisar inventários *post mortem* referentes ao período 1851-1888. Outros autores, por sua vez, têm enfatizado o papel crucial do tráfico de escravos para a manutenção e expansão da população escrava (SLENES, 1976; KLEIN, 1987; FLORENTINO, 1997).

GRÁFICO 8



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

GRÁFICO 9



Fonte: Bassanezi (1998).

A expressiva participação das crianças explica a idade média dos escravos inventariados no período 1851-1871 ter valor igual a 24,7 anos, abaixo dos valores observados no Censo de 1872: 33 anos no território de Franca e 31 anos no município. Ao considerarmos apenas os escravos inventariados com 11 anos e mais, chegamos à idade média de 33,4 anos, semelhante ao que o Censo verificou, uma vez que este último subrepresenta o grupo 0-10 anos. É preciso lembrar que o assento de bens presente nos inventários *post mortem* poderia ser mais acurado do que o censo, pois os escravinhos (mesmo crianças) eram bens e deveriam obrigatoriamente ser listados e avaliados para a partilha.

No início dos anos 1870, no *antigo território* de Franca foram recenseados um total de 6.461 cativos, dos quais 92,5% eram nascidos no Brasil e 7,5% (482) oriundos do continente africano. No município, os africanos escravizados representavam 9,2% do total de cativos ou 314 pessoas. Entre os escravos inventariados no período 1851-1871, os africanos representavam 14,6%.

A maior porcentagem de africanos inventariados do que recenseados pode estar relacionada à idade mais elevada com que muitos dos proprietários faleciam, ou seja, os bens arrolados refletiam um “momento “declinante” do ciclo de vida do senhor, com escravarias envelhecidas (...)” (BACELLAR, 2008, p. 93). Como mencionado, as crianças com até 10 anos de idade chegavam a 30% dos cativos inventariados, o que acabou por diminuir a idade média dos escravos, mas as colocações de Bacellar sobre os proprietários inventariados em idades mais avançadas são pertinentes.

É preciso lembrar que as crianças nascem no seio de famílias constituídas, e para que isso ocorra é preciso relativa estabilidade da posse. Assim, as escravarias mais estáveis garantiram as condições de formação de famílias e o nascimento de crianças, e é bem possível que tenham se formado em décadas anteriores. Acreditamos que boa parte da aquisição de escravos africanos pelos proprietários do norte paulista foi anterior aos tratados visando o fim do tráfico em 1831, pois a maior porcentagem de africanos verificada na população escrava da Vila Franca ocorreu em 1829 (37% do total da população cativa era de origem africana), voltando a declinar nos anos subsequentes (OLIVEIRA, 2012, p. 58).

Apenas os inventários *post mortem* nos informam a procedência desses africanos. De um total de 330 escravos africanos (14,6% do total de cativos), a procedência aparece em 217 casos: 82,9% vieram *da Costa* ou eram designados como *De Nação*; 11,5% procediam de Angola (*Benguela, Rebolo, Cassange, Angola*), 3,7%, do Congo e 1,2% de Moçambique.

O mesmo não pode ser dito em relação ao local de origem dos escravos crioulos. Segundo os inventários abertos entre os anos de 1851 a 1871, foi possível identificar 1.508 cativos como crioulos (66,6%) (inclusive pardos, mulatos e cabras), no entanto, para 18,8% não há menção sobre a origem. Sobre o local de nascimento, encontramos apenas informações para quatro cativos: uma escrava era natural da Bahia, um homem de Batatais e um homem e uma mulher de Franca, respectivamente.

Dentre os escravos nascidos no Brasil, o Recenseamento de 1872 especifica apenas a província de origem e não o município. No *antigo território de Franca*, 78% eram naturais da Província de São Paulo; 12,4% eram oriundos da Região Nordeste (sendo 5,8% da Bahia e 3,2% de Pernambuco), do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (juntos, 6,4%). Como sabemos, a Região Nordeste figurou como uma das principais áreas produtoras de cana-de-açúcar no Brasil colonial e utilizou mão de obra ativamente. Com a decadência da produção de açúcar, essas províncias passaram a alimentar o tráfico interno de escravos em direção à Região Sudeste e suas lavouras de café. No município de Franca, 80% dos nascidos no Brasil eram escravos paulistas; 10,6% naturais da região Nordeste e 7,1% do Rio de Janeiro e Minas Gerais (conjuntamente).

Entre 1872-1888, os africanos reduziram-se a apenas 6,0% dos cativos inventariados, sendo os crioulos 75,3% e os sem declaração da origem mantiveram-se em 18,7%²². As informações quanto a origem africana são bastante lacônicas, apenas para nove escravos houve menção da procedência: dois Congo, dois Angola, cinco *De Nação*.

Quanto à origem brasileira, os dados referentes aos inventários de 1872-1888 forneceram o local de nascimento para 233 crioulos, dos quais, 168 (72,1%) eram naturais de Franca e 54 (23,2%) de Minas Gerais. Havia ainda três crioulos naturais da Bahia, dois de Batatais, um de Campinas, um de Mato Grosso, um do Rio de Janeiro e três de São Paulo²³, totalizando 4,7%.

A Matrícula de Escravos de 1887 não apresenta informação a respeito do local de procedência, assim como o levantamento de 1886 não desagrega a população segundo condição social.

Entre 1872 e 1887, como já era de se esperar, a participação de crianças reduziu-se drasticamente e os poucos escravos que conseguiram chegar aos 60 anos já se

²² O declínio observado no período analisado deu-se em função não só da não reposição via tráfico transatlântico, mas também é efeito da mortalidade nesse segmento já envelhecido.

²³ Gostaríamos de chamar a atenção ao tráfico interno em Franca, segundo as escrituras de compra e venda de escravos foram negociados um total de 945 escravos (479 homens e 466 mulheres) entre 1825 e 1888. Mais de 90% das transações se deram entre 1860-1888 (BATISTA, 1998, p. 109). Esse estudo constatou que 466 casos (65,7%) de compra e venda se deram entre moradores da localidade, ou seja, de comércio intra-municipal. Em 104 escrituras os moradores de Franca compraram ou venderam escravos de cidades mineiras, 13 de cidades goianas, 10 de cidades do Rio de Janeiro e quatro de cidades do Mato Grosso, totalizando 131 casos (18,5%). O tráfico intraprovincial respondeu por 66 transações (9,3%) e envolveu os municípios de Campinas, Sorocaba, Itu, Batatais, etc. Por fim, 46 casos (6,5%) envolveram moradores de outras localidades que estavam de passagem por Franca (sobrepondo-se os mineiros em 28 casos) (BATISTA, 1998, p. 107).

beneficiaram da lei que passou a libertá-los, assim como os filhos de escravos nascidos após 1871.

É somente nos 166 inventários *post mortem* relativos ao período de 1872-1888, que o impacto da Lei do Ventre Livre se faz sentir com mais vigor: as crianças com até 10 anos de idade inventariadas ocupavam apenas 10% no conjunto dos escravos arrolados, certamente os nascidos antes de 1871.

Em virtude dessa Lei, os menores de 16 anos não foram arrolados entre os escravos em 1887. Lamentavelmente, a Matrícula de 1887 não discrimina a população escrava segundo sexo e grupo etário, ademais, não há informações para os cativos de Patrocínio Paulista. Esta lacuna pode ter ocorrido por que as autoridades da recém localidade emancipada não conseguiram coletar as informações a tempo, diferentemente de Ituverava que também se emancipou em 1885? Não temos a resposta.

No território de Franca, mais da metade dos escravos (54,2%) apresentaram idade entre 16 e 30 anos, valor significativo, indicando uma população jovem nascida em terras brasileiras, boa parte natural da região de Franca. Sorocaba e Itapetininga foram as cidades paulistas que mais se aproximaram de Franca na proporção de escravos com menos de 30 anos, cerca de 50% em cada localidade. Em Campinas, apenas 28,4% dos cativos apresentaram idades inferiores a 30 anos; em Rio Claro essa proporção foi de 34,2%; em Itu, 42%; em Piracicaba, 41,5%.

TABELA 3 - População escrava matriculada até 30 de março de 1887 segundo grupo de idade - Território de Franca e município

Grupo de idade	Município	%	Território*	%
- 30	697	54,3	2.120	54,2
30-40	287	22,4	938	24,0
40-50	204	15,9	558	14,3
50-55	61	4,7	182	4,6
55-60	34	2,7	114	2,9
Total	1.283	100,0	3.912	100,0

Fonte: Bassanezi (1998). * Exclusive Patrocínio Paulista.

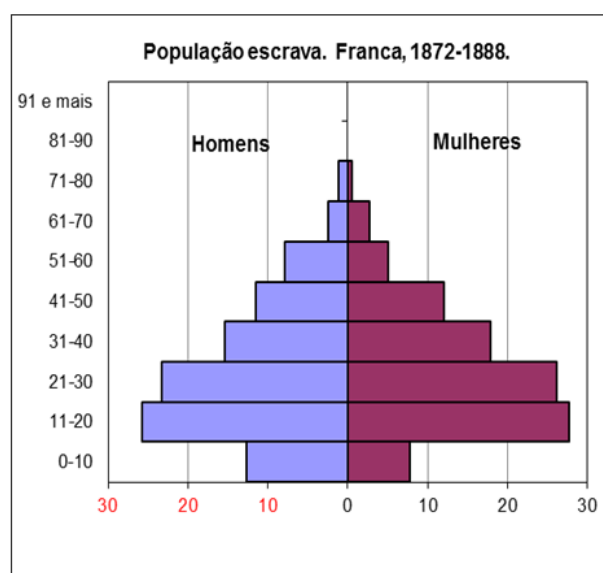
Os grupos de idade são idênticos aos apresentados pela Matrícula.

No intuito de visualizar a estrutura etária da população escrava masculina e feminina de Franca, teremos que nos valer dos dados fornecidos pelos inventários *post mortem* para o período 1872-1888.

TABELA 4 - População escrava segundo grupo de idade e sexo - Franca, 1872-1888

Grupo de idade	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
- 30	273	61,7	245	61,7	518	61,8
31-40	68	15,3	71	17,9	139	16,5
41-50	51	11,5	48	12,1	99	11,8
51-55	17	3,8	17	4,3	34	4,0
56-60	18	4,1	3	0,8	21	2,5
61-70	11	2,5	11	2,8	22	2,6
71-80	5	1,1	2	0,5	7	0,8
Total	443	100,0	397	100,0	840	100,0

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

GRÁFICO 10

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

As tabelas 3 e 4 permitem-nos afirmar que tanto as informações coletadas em um momento específico do tempo (1887) como as coletadas no decorrer de 1872 a 1888 apresentaram perfis semelhantes, ainda que valores e proporções díspares.

A estrutura por sexo e idade dos escravos nos anos finais da escravidão (1872-1888) mostra-se equilibrada entre os adultos (31-50 anos), com mais homens do que mulheres nas idades jovens (menos de 30 anos). Ao que parece, a economia de Franca foi relativamente dinâmica para manter sua mão de obra escrava, mesmo próxima a áreas de cafeicultura mais pujantes e ávidas por escravos na Província de São Paulo.

Adicionalmente, os inventários *post mortem* abertos após 1871 trazem os *ingênuos* que não foram tratados aqui. Para reforçar as potencialidades dessa fonte e

exemplificar as informações que podem ser extraídas, apresentamos a tabela 5 em que é possível saber o número médio de escravos por proprietário. Os senhores escravistas eram parcela importante da sociedade local e muitos tiveram seus bens inventariados. No entanto, é preciso frisar que estamos nos referindo a escravistas de pequenas posses (até 6 escravos) característica de uma economia voltada ao abastecimento interno, mas que se utilizou do trabalho escravo até o suspiro final do sistema escravista.

Quase dois terços dos inventários referem-se às duas primeiras décadas do período e seu número foi se reduzindo à medida que se aproximava o fim da escravidão. Consequentemente, encontramos menor número de escravos arrolados nos inventários, o que está associado às leis emancipacionistas, alforrias (e possíveis vendas para outros municípios?) que ocorreram no decorrer do período, retirando pessoas do cativeiro. Os inventários *post mortem* pesquisados listaram 3.188 escravos e 215 ingênuos entre 1851-1888.

TABELA 5 - Distribuição dos inventários *post mortem* e escravos segundo período. Franca, 1851-1888

Período	N. Escravos	%	N. Ingênuos	%	N. Inventários	%	N. Médio de Escravos
1851-1860	1.066	33,4			158	31,3	6,7
1861-1870	1.091	34,2			168	33,3	6,5
1871-1880	652	20,4	45	20,9	115	22,8	5,7
1881-1888	379	12,0	170	79,1	64	12,7	5,9
Total	3.188	100,0	215	100,0	505	100,0	6,3

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Com a realização da Matrícula de Escravos em agosto de 1872, quase um ano após a Lei do Ventre Livre, os inventários *post mortem* deveriam apresentar uma cópia ou a transcrição da mesma²⁴. A Matrícula trazia nome, idade, ocupação, condições para o

²⁴ “Esta listagem tinha o objetivo de manter o controle sobre os nascimentos de filhos de escravas, a fim de terem sua liberdade garantida, além de conformar uma base para o Fundo de Emancipação de escravos. Por conseguinte, a matrícula seria também o fundamento legal para a propriedade de escravos, de forma que, a partir de 1872, todos os inventários *post-mortem* eram obrigados a apresentar sua transcrição” (SILVA, 2012, p. 16).

trabalho, filiação e número da matrícula, o que acabou por contribuir com informações mais completas sobre os escravos, especialmente no tocante ao parentesco escravo.

As informações sobre o parentesco escravo revelam que 579 cativos (18,2%) estavam inseridos em grupos familiares entre 1851-1888. A maior parte das famílias escravas identificadas nos inventários era formada por casais (48,6%), seguida de mães com filhos (24,7%) e de casais com filhos (17,7%) (os três grupos responderam por 91% dos cativos aparentados).

Uma forma de destacar a existência da família escrava e de evidenciá-la nos recenseamentos é através do estado conjugal. De acordo com o Censo de 1872, no território de Franca 15,4% dos cativos com 16 anos ou mais eram casados/viúvos²⁵. Quando analisamos segundo o sexo, 13,8% dos homens cativos com 16 anos ou mais eram casados e 1,5% viúvos, e entre as mulheres escravas, 28,8% encontravam-se casadas e 0,8% viúvas. A existência de parceiros elegíveis proporcionou às mulheres mais oportunidades de se unirem, uma vez que a razão de sexo entre aqueles com 16 anos ou mais chegou a 154 em 1872.

O município de Franca apresentou valores inferiores ao conjunto do território no tocante à condição de casado ou viúvo de seus escravos, apenas 11,8% para o total de cativos, 11,6% para os homens e 12,2% para as mulheres.

Quando comparamos o Censo de 1872 com as informações presentes nos inventários *post mortem*, chamamos a atenção para a possível subnumeração dos cativos casados ou viúvos recenseados em 1872. Os dados fornecidos pelos inventários *post mortem* entre 1851-1871 indicam que dentre os escravos de ambos os sexos arrolados, 23,1% daqueles com 16 anos ou mais se encontravam casados ou viúvos, os homens adultos cativos alguma vez unidos chegaram a 20,7% e as mulheres a 26,2%.

Para o último período (1872-1888), a proporção de escravos alguma vez casados de ambos os sexos com 16 anos ou mais foi de 22,8% (muito semelhante à apresentada

²⁵ Estamos nos referindo à idade de 16 anos em virtude de a população ser listada no Recenseamento Geral do Império de 1872 por idades simples até os cinco anos de idade, por idades quinquenais até os 30 anos (6-10, 11-15, 16-20, etc.) e a partir dessa idade, os grupos etários passam a ser decenais (31-40, etc.). Para o cálculo da proporção de escravos casados ou viúvos com 16 anos ou mais segundo o sexo, utilizamos as informações presentes no Quadro em que consta a população escrava segundo estado civil (sem indicação da idade) (BASSANEZI, 1998). A idade mínima permitida para o casamento era de 14 anos para os homens e 12 anos para as mulheres durante a vigência do Império, entretanto, a bibliografia historiográfica emprega a idade mínima de 15 anos ao se referir à população segundo o estado civil.

no período anterior). Os homens escravos casados ou viúvos nessa faixa etária representaram 20,7% do segmento masculino e as mulheres escravas, 25,1%.

Entre o Recenseamento de 1872 e a Matrícula de 1887, os percentuais de casados e viúvos de ambos os sexos com 16 anos ou mais se elevaram (de 15,4% a 23,5%, respectivamente). Para o território de Franca em 1887, 76,5% da população escrava era solteira, 19,2% casada e 4,3% viúva. No município de Franca, os casados e viúvos somaram 20,4% (17% casados/as e 3,4% viúvos/as) do total de cativos mais de 15 anos, lembrando que os resultados englobaram os cativos com mais de 16 e menos de 60 anos. A Matrícula de Escravos de 1887 traz informações referentes ao estado civil de cativos, no entanto, não está desagregada por idade e sexo.

O importante a ser ressaltado é que o casamento atuou como instituição que possibilitou a reprodução de parte do segmento escravo, assim como estabelecimento de laços sociais e de afinidade. Ademais, esteve presente entre os escravos e escravas de Franca em diferentes intensidades no decorrer do período analisado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meados da primeira metade do século XIX Franca estava entre os municípios que possuíam mais escravos na Província de São Paulo, no entanto, a participação da população cativa no total da população não era tão alta como nas áreas de grande lavoura.

Ao lidarmos com uma localidade que sofreu diversos desmembramentos ao longo do período analisado, apresentamos uma proposta de acompanhar o território original (agrupando as informações censitárias dos municípios desmembrados) juntamente com as informações referentes ao município propriamente dito.

Num primeiro momento, a fim de realizarmos um exercício de caráter metodológico, comparamos os dados censitários presentes na Lista Nominativa de Habitantes de 1835-1836 e as informações recolhidas nos inventários *post mortem* referentes ao período 1811-1850.

Ao focalizar a evolução da população cativa entre 1851-1888 é preciso levar em conta que durante o século XIX ocorreram transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil que marcaram profundamente a dinâmica demográfica desse segmento

populacional: o fim do tráfico atlântico de escravos, a transição para o trabalho livre, a expansão da cafeicultura e seus desdobramentos.

Entre 1836 e 1872, embora os escravos tenham quase que dobrado seu volume, sua participação no total da população do território francano reduziu-se em 1872.

Ao confrontar as informações presentes no Recenseamento de 1872 e na Matrícula de Escravos de 1887 com os inventários *post mortem* subdivididos em dois períodos (1851-1871 e 1872-1888), foi possível apontar lacunas, ausências e subregistros das fontes, assim como destacar suas características, potencialidades e possibilidades para o estudo do segmento escravo.

De uma perspectiva metodológica, demonstramos que os dados provenientes de fontes diversas (censos e inventários *post mortem*) e com recortes temporais distintos apresentaram tendências e perfis semelhantes quanto à estrutura e composição da população cativa, ainda que valores e proporções diversas, como era de se esperar.

Sintetizamos as características demográficas dos escravos recenseados e inventariados em Franca-SP no período 1811-1888, por:

- Sexo: houve o predomínio do número de homens sobre o de mulheres ao longo de todo o período analisado. As proporções de homens escravos no total da população escrava variaram entre o máximo de 57,2% em 1836 ao mínimo de 52,8% entre 1872-1888 com razões de sexo de 134 e 112, respectivamente. É possível observar o declínio da população masculina dentre os escravos através dos valores de razão de sexo: 134 em 1836, 122 entre 1811-1850, 116 entre 1851-1871, 114 em 1872 (no território e município), 119 no território e 115 no município em 1887, e 112 entre 1872-1888. A diminuição dos valores de razão de sexo indica que houve uma tendência ao equilíbrio entre os sexos ao longo do período analisado e que se acentuou com o fim do tráfico transatlântico de escravos (1850) que privilegiava a entrada de homens.

- Idade: as crianças escravas (com até 10 anos) tiveram sua maior participação no período 1851-1871 quando chegaram a representar 30% do total da população escrava. A menor proporção de crianças, como era de se esperar, foi verificada entre 1872-1888 quando foi de apenas 10%. Os efeitos da Lei do Ventre Livre (1871) foram sentidos nos últimos anos do sistema escravista brasileiro. Desde setembro de 1871, as crianças filhas de mãe escrava não eram mais contabilizadas entre a população escrava e os dados de 1887 apenas trazem a população com mais de 16 anos e menos de 60 anos. A proporção

de crianças foi elevada para o município de Franca: 28% entre 1811-1850 e 25,5% em 1836. O Censo de 1872 informa apenas as crianças de 3 a 10 anos (uma vez que foi realizado em 1874 na Província de São Paulo) e elas eram apenas 15,3% dos cativos no território de Franca e 16,5% no município. Podemos elucubrar que, pelo menos até 1872, há indícios de reprodução natural dos escravos em Franca.

A idade média da população escrava oscilou entre 23 anos em 1836 a 33 anos no território de Franca em 1872. A estrutura etária e por sexo da população africana evidenciou um perfil típico de população imigrante, com predomínio masculino em idade adulta e produtiva, ao passo que, a população crioula apresentou um perfil muito mais próximo ao da população livre, destacando-se a elevada participação de crianças (ainda que em proporções inferiores à verificada para a população livre).

- Origem: os crioulos sobrepujaram os africanos na população escrava Franca entre 1811-1888. A participação africana oscilou entre 31,7% em 1836 e 6% entre 1872-1888. Não há a informação de procedência dos escravos na Matrícula de 1887. O decréscimo no número de africanos é progressivo ao longo do período: 28,5% entre 1811-1850, 14,6% entre 1851-1871, 7,5% no território e 9,2% no município em 1872. Os africanos eram, em sua maioria, oriundos do Centro-Oeste africano e pertenciam ao grupo linguístico banto. As informações a respeito do local de procedência da África são muito mais acuradas nos inventários *post mortem* da primeira metade do século XIX, ao passo que, a procedência dos crioulos passa a ser informada a partir da segunda metade dos oitocentos nesse mesmo *corpus* documental. As fontes censitárias são mais genéricas ao indicar a procedência do escravo, mencionando apenas que o mesmo é de África.

Outro dado atestando a ocorrência de reprodução natural se dá através da procedência dos escravos crioulos: boa parte já era natural da Província de São Paulo em 1836 (21,1% do total de cativos, seguido dos naturais de Minas Gerais que chegaram a 15,2%). Em 1872, 78% dos escravos que viviam no território de Franca e 80% daqueles do município eram naturais da província de São Paulo. Os nascidos nas províncias do Nordeste (Bahia e Pernambuco, especialmente) vinham em segundo lugar. No período 1872-1888, 72,1% dos crioulos eram naturais de São Paulo, seguidos de 23,2% escravos de Minas Gerais.

Estado conjugal: o casamento formal foi uma possibilidade na vida dos escravos, principalmente para as mulheres. As mulheres com mais 15 anos apresentaram maior

proporção de casadas e viúvas do que seus pares masculinos. A predominância numérica dos escravos homens adultos sobre as mulheres e a baixa incidência de uniões entre noivos que pertenciam a proprietários diferentes certamente foram entraves significativos para que homens e mulheres escravizados tivessem acesso ao casamento religioso. Ausência de formalização, no entanto, não é sinônimo de uniões estáveis ausentes. O que podemos aferir a partir das fontes analisadas é que o estado de casado/a ou viúvo/a não foi insignificante entre os cativos de Franca. A maior participação dos casados/viúvos se deu em 1836, com 29% dos cativos com 15 anos ou mais de ambos os sexos unidos ou já unidos (ou 29,6% dos cativos com 16 anos ou mais). Acreditamos que os *inventários post mortem* para o período 1811-1850 subestimaram os cativos casados/viúvos, pois apenas 10,2% com 16 anos ou mais foram inventariados nessa condição.

Os dados para 1851-1871, 1872-1888 e 1887 são bastante semelhantes: 23,1%, 22,8% e 23,5% do total de cativos com 16 anos ou mais, respectivamente, estavam casados ou viúvos. Ao que parece, o Censo de 1872 incorreu em subregistro do estado conjugal dos cativos de Franca, uma vez que apenas 15,3% do total de cativos do território foram arrolados como casados ou viúvos.

Esperamos que o exercício comparativo tenha sido capaz de demonstrar que mesmo diante de lacunas ou ausências de informações censitárias (recorte transversal) é possível utilizar os *inventários post mortem* (caráter longitudinal) a fim de caracterizar a população escrava. Devido a sua abrangência nacional, o Recenseamento de 1872 permite uma análise da população livre e escrava ao nível paroquial, o que nem sempre é possível com outras fontes de caráter censitário.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, C. A. P. As fontes para o estudo da população na capitania de São Paulo em princípios do século XVIII. In: SCOTT, A. S. V.; FLECK, E. C. D. (Org.). **A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX**. São Leopoldo, RS: Oikos; Editora Unisinos, 2008. p. 89-103.

_____. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo, SP: Annablume/FAPESP, 2001.

_____.; BRIOSCHI, L. R. (Org.). **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo, SP: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BARROSO, D. S. Senzalas na floresta? Notas sobre a estrutura da posse de escravos no Grão-Pará oitocentista. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7., 2015, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2015.

BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.). **São Paulo do passado: dados demográficos**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 1998.

BATISTA, D. J. **Cativos e libertos: a escravidão em Franca entre 1825-1888**. 1998. 212f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 1998.

BOTELHO, T. R. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. **População e família**, São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 211- 234, jan./jun.1998.

_____. **Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX**. 1994. 215f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1994.

BRIOSCHI, L. R. **Criando história: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835)**. 1995. 268f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1995.

CHIACHIRI FILHO, J. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto, SP: Ribeira, 1986.

CUNHA, M. F. Demografia escrava em Franca, SP, 1850-1888. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 10 E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 11., 2013, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2013.

_____. Domicílios e moradores de uma vila paulista. Franca, SP, século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 8 E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 9., 2009a, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2009a.

_____. **Demografia e família escrava: Franca, SP, Século XIX**. 2009. 265f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009b.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba, PR: Editora Positivo, 2012.

FLORENTINO, M. Abolicionismo e lógica demográfica da *plantation* no Brasil, 1789-1850 (notas de investigação). In: SCOTT, A. S. V.; FLECK, E. C. D. (Org.). **A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX**. São Leopoldo, RS: Oikos; Editora Unisinos, 2008. p. 214-234.

_____. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.

FREIRE, J. **Escravidão e família escrava na zona da Mata Mineira oitocentista**. São Paulo, SP: Alameda, 2014.

GARAVAZO, J. **Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887**. 2006. 286f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.

GOMES, F.; FERREIRA, R. A miragem da miscigenação. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 80, p. 141-160, mar.2008.

GUEDES, R. Escravidão e cor nos Censos de Porto Feliz (São Paulo, século XIX). **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, Ilhéus, BA, v. 10, n. 18, p. 489-518, jul./dez.2007.

GUTIÉRREZ, H. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago.1987.

HENRY, L. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Tradução de: J. Manuel Nazareth. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1988.

KLEIN, H. S. A experiência afro-americana numa perspectiva comparativa: a situação atual do debate sobre a escravidão nas Américas. **Afro-Ásia**, Salvador, BA, n. 45, p. 95-121, 2012.

_____. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago.1987.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. Tradução de: Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 22, n. 3, p. 443-483, set./dez.1992.

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: terra e população**. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo, SP: Paulinas/CEDHAL, 1986.

MARCONDES, R. L.; GARAVAZO, J. A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.

MENDONÇA, J. M. N. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo, SP: Annablume/FAPESP, 1999.

MÜLLER, D. P. (Org.). **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo**. São Paulo, SP: Reedição Litteral Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo", 1923.

OLIVEIRA, M. C. **Dinâmica populacional no Sertão do Rio Pardo (1801-1829)**. 2012. 149f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp, Franca, SP, 2012.

OSÓRIO, R. G. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. **Texto para Discussão 996**, Brasília, DF, IPEA, 2003.

PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago.1995.

RAMINELLI, R. Impedimentos da cor. Mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia História**, Belo Horizonte, MG, v. 28, n. 48, p. 699-723, jul./dez.2012.

SALLES, R. **E o Vale era o escravo: vassouras, século XIX senhores e escravos no coração do império**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, G. A. N. A população escrava de uma vila oitocentista: Piranga, Minas Gerais (1850-1888). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012.

SLENES, R. W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil: Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.

_____. **The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888**. 1976. 728f. Tese (Doutorado) - Stanford University, Stanford, 1976.

TEIXEIRA, H. M. A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. Categorias do Censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. p. 3-17, 1994.